

# Modelo previdenciário e retomada do desenvolvimento

## AUMENTO EXPLOSIVO DO DÉFICIT DO INSS AMEAÇA ESTABILIDADE E CRESCIMENTO SUSTENTADO

THOMÁS TOSTA DE SÁ

**A** retomada de um desenvolvimento sustentado deve estar alicerçada sobre três pilares básicos: a estabilidade monetária, a formação de poupança interna e sua eficiente alocação.

Desde a instituição do real, podemos dizer que governo e sociedade priorizaram a estabilidade da moeda. O resultado dessa decisão pôde ser verificado quando, no início do ano, em plena crise cambial, os mais diversos analistas da economia brasileira pregaram a retomada do processo inflacionário para o ano de 1999.

### **Geração atual deve pagar o alto custo da mudança para o modelo de capitalização**

A renegociação do acordo com o FMI e o ajuste fiscal obtido no Congresso foi mais uma dupla vitória do governo e da sociedade frustrando previsões inflacionárias de mais de 100% para 1999, obrigando os mais pessimistas a se contentar com uma meta inflacionária de 8%.

Ocorre que os efeitos positivos do ajuste fiscal apresentam sinais de esgotamento. A menos que se ataque de frente o fator principal do desequilíbrio estrutural do déficit fiscal, novos ajustes, cada vez mais difíceis de ser obtidos politicamente, terão de ser buscados.

Os especialistas em conta pública vêm, já há algum tempo, apontando o déficit previdenciário como um dos grandes responsáveis pelo déficit fiscal.

Aliás, esse não é um privilégio da economia brasileira.

De matéria publicada na edição de domingo, 18/7, do *Estado*, retiramos algumas observações de Prêmios Nobel de Economia.

Sobre a previdência social na grande maioria dos países desenvolvidos: "É uma promessa de pagamento, semelhante a um título de alto rendimento; haverá suspensão de pagamento nas datas de vencimento".

(Myron Scholles); sobre a indexação dos benefícios previdenciários à inflação: "Prevenindo-se e não deixando acontecer".

Mas não é uma atitude muito popular. A resposta é a privatização. Mas a transição será complicada. É sempre mais fácil não dar do que tomar o osso de um cão" (Merton Miller); sobre modelos previdenciários de países em desenvolvimento: "Veja o caso da China, que agora discute o tipo de seguridade social que terá, ou da Índia, que não tem seguridade social de nenhuma espécie. Podem fazer uma opção relativamente fácil partindo para sistemas de contas individuais, em que as pessoas teriam liberdade de acumular ativos administrados por companhias privadas. Mas não se pode escapar do fato de que haverá uma transição financiada por alguma forma de tributação dupla. Os chilenos safaram-se dessa com grandes superá-

vits orçamentários, que utilizaram para financiar a transição" (Gary Becker).

No Brasil, a transição de um modelo previdenciário de repartição para um modelo previdenciário de capitalização (contas individuais) vem sendo defendida há alguns anos por algumas entidades.

As críticas à mudança do modelo concentram-se no alto custo da transição e na inexistência de um superávit fiscal para financiá-lo.

A dificuldade se assemelha à do paradoxo do ovo e da galinha.

O déficit previdenciário é o principal responsável pelo déficit fiscal, mas não podemos resolvê-lo enquanto não obtivermos um superávit fiscal!

Na realidade, dado o desequilíbrio atuarial do atual sistema previdenciário, a cada novo entrante no sistema, seu déficit aumenta, inviabilizando dessa forma o desejo de superávit fiscal.

É, portanto, fundamental que se interrompa o processo de crescimento do déficit previdenciário.

A enorme divulgação que se deu à existência do déficit previdenciário dos setores públicos, federal, estadual e municipal permitiu que se conscientizasse a sociedade sobre as necessidades de mudança nesse segmento. Mas, apesar de encontrar em níveis elevadíssimos, cerca de 4% do PIB, o déficit previdenciário do setor público tende a estabilizar-se.

Explosivo é o aumento do déficit do setor privado, conhecido por INSS,

que saiu de um superávit de R\$ 12 bilhões, em 1990, para um déficit projetado de R\$ 16,5 bilhões no ano 2000.

Se não iniciarmos já a conscientização da sociedade brasileira sobre o risco do crescimento explosivo do déficit previdenciário do setor privado, não haverá estabilidade monetária que resista e muito menos perspectiva de desenvolvimento econômico sustentado.

Com relação ao custo de transição não há outra alternativa senão a geração atual pagar duplamente por ela.

A contrapartida desse ônus, entretanto, é a perspectiva de criação de empregos com a retomada dos investimentos.

A partir dessa proposta entendo que cabe ao setor privado discutir com a sociedade seu aprimoramento e levá-la ao governo para seu encaminhamento ao Congresso.

A proposta transfere para o setor privado a gestão de parcela considerável da formação da poupança previdenciária sob o novo regime de capitalização.

Será nossa a responsabilidade de alocar eficientemente essa poupança.

É nesse contexto que se insere o terceiro pilar do desenvolvimento econômico sustentado: um mercado de capitais eficiente.

■ *Thomás Tosta de Sá é presidente da Comissão de Reforma Tributária da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)*

■ *Rogério L. F. Werneck está em férias e, excepcionalmente, não escreve seu artigo hoje*